

18º DOMINGO APÓS PENTECOSTES

TEXTO: EZEQUIEL 18.1-4, 25-32

Salmo 25 é um dos salmos acrósticos na Bíblia Hebraica. São poemas em que o poeta estrutura sua poesia conforme a sequência das consoantes do alfabeto hebraico, ou seja, ele inicia com a letra A e conclui com a letra Z. Assim, a primeira linha começa com uma palavra com A (Aleph), a segunda linha com palavra que começa com B (Beth) e assim sucessivamente até o final do alfabeto. Embora o esquema seja imperfeito (aqui com a ausência de 3 consoantes) o significado talvez seja, como em outros textos, de que o salmista esteja costurando um tema de forma abrangente, completa, de A a Z.

O salmo apresenta um homem angustiado suplicando a Deus por ajuda, interrompido por alguém (ou uma voz interna) que procura amenizar sua angústia com palavras de brandura e de conteúdo consolador. O salmista está acuado física e espiritualmente. Se sente cercado pelo inimigo (v.2); temendo ter se desviado do caminho (v. 4-5); imagina que o SENHOR se esqueceu de mostrar a ele a sua misericórdia (v. 6). Tem consciência do seu pecado no passado, receando que Deus não o perdoa por isso (v. 7). Mas, ao mesmo tempo, ele é um fiel, temente ao SENHOR e confessa que também para ele “as veredas do SENHOR são misericórdia e verdade” (v. 10).

Filipenses 2 mostra que os inimigos fortes e antigos da unidade são o orgulho e o egoísmo. Apenas onde estes são afastados pela humildade e auto-sacrifício a verdadeira unidade é possível. Esta humildade de autodoação os filipenses a têm em Cristo, que seguiu pelo caminho que era o caminho divino, ao contrário do proposto por Satanás lá atrás em Gn 3.5. Paulo exemplifica essa autodoação de Cristo nas palavras que seguem.

Os vv. 5-11 são poesia na sua estrutura e conteúdo. É o Hino Cristológico (*Carmen Christi*) cujos termos e expressões só aparecem aqui nos escritos de Paulo. É provável que o apóstolo esteja citando um hino ou liturgia conhecidos dele e dos cristãos de Filipos e que todos cantavam nos seus cultos. A sequência das estrofes destacam a adoração de Cristo na sua pré-existência com Deus e como Deus (v. 6), na sua humilhação até à morte (v. 7-8), na sua exaltação e glória final quando na sua vinda o universo todo lhe prestará a devida honra (9-11). No v. 15 Paulo esboça uma inspiradora pintura dos efeitos dessa obediência ou fé em Cristo, ou seja, os servos obedientes e ativos se tornam uma extensão do Servo, que é a luz do mundo.

Mateus 21, demarca o último dia pleno de atividades no ministério público de Jesus. E que dia! Foi o seu último dia no templo; último dia de ensino; último dia de advertência aos fariseus e saduceus, e seu último dia de chamado ao arrependimento. Depois de amaldiçoar a figueira, Jesus entra no templo quando é abordado pelos principais sacerdotes, escribas e anciãos do povo. Em tese, eles representavam uma delegação oficial do Sinédrio.

Cercando Jesus de todos os lados, formularam as perguntas arditamente planejadas: “Com que autoridade você faz estas coisas? E quem lhe deu esta autoridade?” Exigiam que Jesus lhes mostrasse o comissionamento que o autorizava exercer atividades específicas do ministério público, visto que publicamente estava assumindo funções de um Rabi ou profeta por entrar em Jerusalém em meio a aclamações de hosanas messiânicas - recebendo títulos reais atribuídos a ele pelas multidões -, por purificar o templo expulsando dali os cambistas a quem eles mesmos provavelmente tinham dado licença para negociar e extorquir.

O Sinédrio exorbitava de sua autoridade enviando tal delegação. Era da responsabilidade desse grupo zelar pela moralidade e pelo culto de Israel, especialmente passar adiante as credenciais de um profeta, se fosse o caso. Mas, aqui o seu propósito era intencionalmente maléfico. Eles não estão preocupados com justiça ou com o direito de Jesus para agir como estava agindo mas a indagação deles era uma cortina de fumaça atrás da qual estavam preparando os planos para levar adiante o seu projeto de matá-lo. Diante da pergunta, pensavam que Jesus fosse apontar para a autoridade divina do Seu comissionamento, sobre a qual eles emitiriam um julgamento condenando-o como falso profeta e blasfemador.

A resposta de Jesus os pegou de surpresa e no contrapé. Estavam num dilema. Dizer que o batismo de João vinha “Dos céus” iria contra sua consciência porque no coração não acreditavam nisso. Dizer que era “Dos homens” seria uma temeridade e um grande risco porque o povo estava persuadido que João era profeta. Jesus tinha autoridade própria sobre a qual eles, pela sua própria confissão, eram incompetentes para julgar. Como acusadores derrotados, o que lhes restava era tirar o time de campo.

Ezequiel 18.1-4;25-32 – esta é a perícopes com a qual vamos nos ater mais especificamente. Teologicamente, o capítulo 18 é um dos mais importantes e mais conhecidos deste profeta exílico. (Ao lado dele, se alinha o capítulo 37 – a visão do vale dos ossos.) O seu tema da justificação e condenação do indivíduo, expresso em 18.4 e 18.20, é relevante. Ali o SENHOR diz: “A pessoa que pecar, essa morrerá”. E, em 18.20 continua: “A justiça do justo ficará sobre ele, e a maldade do ímpio cairá sobre este”. Igualmente importante, mas talvez menos conhecida, é que Deus deseja que todos sejam salvos, como expresso em 18.23, 32;

“Eu não tenho prazer na morte de ninguém, diz o SENHOR Deus. Portanto, convertam-se e vivam”.

A passagem serve em parte como um alerta proléptico aos adultos para cuidarem da sua conduta devido às implicações para seus filhos. A ênfase, claro, está sem dúvida na dimensão vertical (*coram Deo*), mas também na dimensão horizontal (*coram hominibus*). A expressão “terceira” ou “quarta” pode ser o número máximo de gerações com que convive uma família. A passagem não ensina uma transmissão transgeracional automática tanto do zelo/ira de Deus como do seu amor. A relação com Deus é individual, nunca tribal ou coletiva.

A pergunta do SENHOR em 18.2-3 é abrupta: “O que vocês querem dizer...?” O provérbio que o povo gostava de repetir era: “Os pais comeram uvas verdes, e os dentes do filhos é que se embotaram”. Para os judaítas a questão é simples: evadiam-se da sua responsabilidade culpando os pais e seus antecessores. Os israelitas não questionam o princípio de que o pecado merece punição. Mas sua queixa é que Deus está punindo o povo errado. O povo não se sente culpado, mas vítima de um fatalismo cósmico do qual não podem escapar. Os que fazem uso do provérbio estão protestando porque se julgam castigados por pecados que não cometeram; e, por isso, acusam Deus de ser injusto. Seguidamente se ouve também hoje pessoas que protestam contra a justiça de Deus com base na sua herança genética como causa do seu sofrimento ou seu pecado. É um determinismo que, segundo eles, os isenta de culpa em atos tidos como hostis e cruéis. A história é bem antiga, desde Gênesis, quando o ser humano pecou: Adão acusa Eva, que acusa Satanás, que acusa Deus.

O versículo 4 é claro: Deus trata com o indivíduo de maneira pessoal, individual. Ele trata a todos de forma igual seja pai, filho ou outro ser humano na relação com os demais. Quatro vezes neste versículo somos confrontados com o termo vp,n< (nefesh). Versões anteriores traduziam vp,n< (nefesh) por “alma” – “A alma que pecar, essa morrerá”. Desde Gn 2.7 “alma/ser vivente” (hY"x; vp,n<) não é apenas o que uma pessoa possui, mas é o que ela é. A dicotomia de parte corpórea e não corpórea é estranha ao pensamento do Antigo Testamento.

O verbo “morrer” está relacionado à “pessoa que pecar”. Em Ezequiel pode estar relacionado tanto à destruição de Jerusalém – morte física, portanto, - quanto a uma morte com dimensões escatológicas e eternas.

Os versículos finais da perícopa (25-32) focam numa nova acusação do povo de que a atitude do SENHOR é arbitrária. O SENHOR com insistência refuta a acusação demonstrando que é o inverso. Ao fazê-lo o SENHOR simplesmente reitera seus pronunciamentos feitos de

que ele não julga a pessoa pelo passado mas pela sua disposição e atitude quando o Juiz bate à porta (cf. Mt 24.33; Ap 3.20).

O cenário poderia terminar por aqui com o “Portanto” no v. 30 mais o veredito e a fórmula signatária “diz o SENHOR Deus”. Mas, as portas da misericórdia de Deus estão ainda bem abertas a todo aquele que se arrepende. A ira de Deus sempre é penúltima, como dizia o Prof. Paul Raabe.

No v. 31 Ezequiel mostra que o real problema está no “coração” e no “espírito”. Aqui são tecnicamente sinônimos. Logo, o problema é interno, uma questão de vontade e mente. Grosso modo, e comparando com 11.19 e 36.26, parece que Ezequiel está em contradição porque nestas passagens toda a iniciativa de um “novo coração” e um “novo espírito” está em Deus. E aqui, aparentemente, a iniciativa está no indivíduo. Mas, como lembram exegetas luteranos, temos que observar aqui duas linguagens: uma a linguagem da experiência humana e racional, a outra a linguagem da revelação e teologia. Humanamente, falamos no imperativo “creia” ou “arrependa-se” e parece que estamos estimulando uma atitude arminiana àquele que nos ouve porque ela é uma linguagem pessoal e direta. Mas, teologicamente, afirmamos que a decisão não é da pessoa porque ela é, por natureza, incapaz de fazer tal escolha. O ser humano mantém a “liberdade” de recusar e rejeitar, mas perdeu a capacidade de “fazer um coração novo e um espírito novo” (v.31). Estes a pessoa só obtém pela ação de Deus, pelo morrer e ressuscitar com Cristo na Palavra e Sacramentos, na operação dual da Lei e Evangelho. A pergunta retórica no final (v.31) juntamente com a repetição do pensamento de 18.23 em 18.32 encerra o capítulo com um emocionante convite do SENHOR a todos ao arrependimento e à vida junto Daquele que está vivo (18.3).

Sugestões homiléticas

- a) Todos queremos justiça, menos quando nós somos os culpados. Neste caso a acusação vai para os outros, eu estou isento de culpa. Em Ezequiel o povo de Deus acusa os pais de culpados; a geração antiga que comeu uvas verdes e os dentes desta geração é que se embotaram. Herança maldita. A consequência, dizem, Deus está sendo injusto conosco. É a terceirização da culpa.
- b) No tempo de Jeremias e Ezequiel, o povo se considerava bom. Tinham o templo, os sacerdotes, os sacrifícios. Criam em Deus. Não eram culpados. “Por que estamos sendo julgados?” indagavam. Assim como os primeiros pais, passam a culpa adiante: Adão acusa Eva, que acusa Satanás, que acusa Deus. E o gosto amargo da culpa é sentido...

- c) Mas Deus é direto: não se trata de seus pais, trata-se de vocês! Os pais pecaram e morreram. Vocês pecam, vocês morrem. Querem justiça? A pessoa que peca, morre. Essa é a justiça. Esse é o gosto amargo que Israel tem na boca. Nós também, porque pecamos.
- d) Mas, este não é o fim da história e do cenário. Ezequiel traz também uma mensagem de salvação. Deus é justo, mas é tardio em irar-se – é abundante em graça. O exílio é castigo, é justiça; mas há o retorno, a restauração, a ressurreição. Os ossos secos vão reviver (cap. 37).
- e) A justiça de Deus termina em Cristo, na sua morte - e morte de cruz (Fp. 2.8). Cristo esvazia-se, não deixando de ser Deus, mas abrindo mão da sua glória. Em Cristo Deus fez justiça por todos. A justiça e a salvação vieram pelo fel e vinagre bebidos por Deus na cruz. O veneno amargo da nossa culpa tem como antídoto o doce comer e beber do corpo e sangue de Jesus Cristo. Apenas Nele temos justiça, inocência e bem-aventurança.

Acir Raymann